

**IESA ÓLEO & GÁS S/A. - em Recuperação  
Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

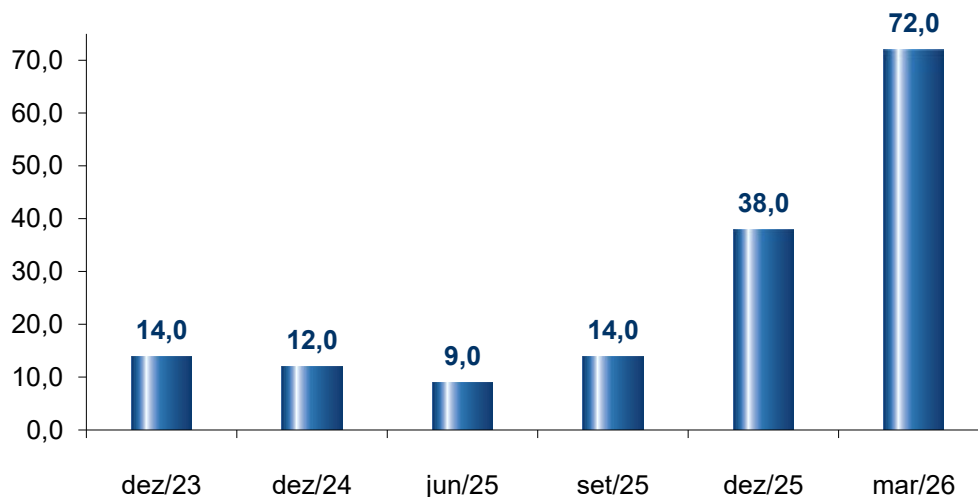
**Senhores Acionistas.**

A Administração da IESA ÓLEO & GÁS S.A – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**1) Principais conquistas durante o Plano de Recuperação Judicial**

1. Retomada da atividade comercial e operacional, do Grupo Inepar/Iesa, incluindo a Iesa Óleo & Gás, através do foco total nos mercados *core*, com o aumento do nível de carteira;

**Saldo em Carteira em milhões de R\$**



2. Venda da Participação no Fundo Inhaúma (CDB), que proporcionou a liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com fornecedores.
3. Finalização do acordo com o Metrô de São Paulo, com a destinação dos recursos sendo direcionada principalmente para as dívidas e despesas correntes da Companhia;
4. Avanço nas ações judiciais que discutem os ativos judicializados da Companhia, que hoje compõem uma carteira total de R\$ 4,9 bilhões.
5. Manutenção da regularidade fiscal através da Transação tributária e parcelamentos ordinários;
6. Avanço na direção da concretização do Projeto da Zona de Processamento de Exportação e

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ N° 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

dos projetos pilotos que a compõem, principalmente o Data-Center.

7. Contratação de consultoria especializada para um *valuation* dos ativos judicializados que compõem o FIDc Taranis, com objetivo de utilização na negociação com dívidas extraconcurais; e
8. Continuidade dos pagamentos das dívidas Concurais fora do biênio de fiscalização, em montante superior a R\$ 250 milhões, nas diversas classes de dívida da Recuperação Judicial.

<b>RJ GRUPO INEPAR – POSIÇÃO FEVEREIRO DE 2026</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$ M)</b>
Classe I		R\$ 33,6	R\$ 33,6	R\$ 180,1
Classe II		Em negociação com BNDES		R\$ 315,0
Classe III		-	-	R\$ 1.753,6
Classe IV		R\$ 13,6	R\$ 13,6	R\$ 31,1
<b>TOTAL</b>	<b>100% QUITADO</b>	<b>R\$ 47,2</b>	<b>R\$ 47,2</b>	<b>R\$ 2.279,8</b>

**Principais desafios para 2026 em diante do Grupo Inepar/IESA**

1. Retomada do nível de atividade do Grupo Inepar/IESA, que permita o ponto de equilíbrio das Companhias e geração de caixa positiva, lastreado em nosso Plano Estratégico de 5 anos, com a participação em projetos de maior porte, dentro dos mercados *core* e com parcerias comerciais estratégicas.
2. Aprovação definitiva da Zona de Processamento de Exportação e atração das empresas que irão compor esse negócio, com a respectiva geração de receita para a Companhia;
3. Continuidade das negociações com os principais credores extraconcurais, através do “casamento” com os ativos da Companhia, encerrando litígios judiciais penosos para ambas as partes, gerando o *way out* seguro e necessário. Utilização de créditos fiscais da ordem de R\$ 60 milhões para pagamento de dívidas fiscais a vencer, diminuindo a pressão de caixa da Companhia nesse momento de retomada da atividade operacional;
4. Captação de novos recursos a fim de financiar a atividade operacional, o cumprimento do Plano

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Estratégico e para a modernização do Parque fabril de Araraquara.

5. Redução contínuo do nível de despesas operacionais da Companhia, melhorando seu desempenho, bem como implementação de Planos de Desenvolvimento de pessoal para enfrentar esses desafios de retomada e crescimento; e
6. Continuidade de pagamento das dívidas Concurtais remanescentes.

**2) Desempenho do Exercício de 2025**

**Fontes de receita**

As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços para os segmentos de óleo e gás, EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica, entre outros.

A Companhia não reportou receita bruta em 2025.

**Resultado Econômico**

A Companhia apresentou prejuízo acumulado no exercício de 2025 no montante de R\$ 121,7 milhões, enquanto, no mesmo período de 2024, foi apurado prejuízo de R\$ 33,9 milhões.

O prejuízo acumulado em 2025 decorreu, principalmente, do reconhecimento, no resultado, da constituição de provisões para processos trabalhistas e cíveis, conforme informações prestadas pelos assessores jurídicos da Companhia. Esses valores estão refletidos na rubrica de outras receitas e despesas operacionais.

As despesas administrativas e gerais apresentaram acréscimo de R\$ 5,5 milhões, em virtude do reconhecimento, no resultado, de despesas com serviços de terceiros e honorários advocatícios incorridos ao longo de 2025. Tais montantes não são recorrentes, por estarem relacionados a acordos com credores que continham cláusulas de êxito e que geraram ganhos para a Companhia.

As despesas e receitas financeiras líquidas apresentaram acréscimo de R\$ 39,1 milhões, em função do reconhecimento de custos adicionais decorrentes de contratos de financiamentos renegociados, bem como da atualização de impostos e contribuições constantes dos parcelamentos junto à PGFN.

**Evolução do Plano de Recuperação Judicial**

Em 07 de novembro de 2022, o Grupo Inepar/lesa, apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Neste cenário, em 17 de novembro de 2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial, porém estamos aguardando a homologação da decisão.

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a IESA Óleo & Gás, informa que neste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Balanços patrimoniais

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	Nota	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1	5
Contas a receber de clientes	7	-	113
Tributos a recuperar	8	12.432	12.338
Dividendos a Receber	9	-	14.796
Outros Créditos	10	<u>20</u>	<u>576</u>
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b><u>12.453</u></b>	<b><u>27.828</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	19	50.063	183.246
Tributos a recuperar	8	11.718	12.346
Depósitos judiciais	11	9.192	15.273
Outros Créditos	10	5	5
Investimentos	12	73.055	77.022
Imobilizado	13	20.324	21.374
Intangível	14	-	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b><u>164.357</u></b>	<b><u>309.266</u></b>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>176.810</u></b>	<b><u>337.094</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR  
MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR  
MALPICA:66758378853  
Dados: 2026.04.02 08:44:34 -03'00'

**JAIR MALPICA**  
**Contador**  
**CRC: SP-100417/O-6**

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Balanços patrimoniais

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	Nota	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		10.599	14.620
Financiamentos e Empréstimos	15	11.508	73.743
Obrigações sociais e trabalhistas	16	85.539	98.809
Obrigações fiscais e tributárias	17	39.622	24.952
Dividendos Propostos		-	24
Outras Contas a Pagar	18	9.608	12.150
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>156.876</b>	<b>224.298</b>
<b>Não Circulante</b>			
Obrigações fiscais e tributárias	17	24.156	31.725
Tributos diferidos	20.1	11.718	12.347
Provisões para Contingências	21	82.808	49.112
Provisão para passivo a descoberto	22	14.737	12.099
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>133.419</b>	<b>105.283</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	23.1	102.996	102.996
Prejuízos acumulados		(237.241)	(115.503)
Ajustes Avaliação Patrimonial	23.2	20.760	20.020
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(113.485)</b>	<b>7.513</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>176.810</b>	<b>337.094</b>
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR  
MALPICA:66758378853  
Dados: 2026.04.02 08:45:03 -03'00'

**JAIR MALPICA**

**Contador**

**CRC: SP-100417/O-6**

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

## Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>		-	-
Custos dos Produtos e Serviços		<u>(549)</u>	<u>(709)</u>
<b>Lucro/Prejuízo Bruto</b>	28	<b>(549)</b>	<b>(709)</b>
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>		<b>(69.338)</b>	<b>(20.812)</b>
Despesas com Vendas		(824)	(620)
Administrativas e Gerais		(10.665)	(5.163)
Outras Receitas (Despesas)	25	(55.256)	(14.289)
Resultado da Equivalência Patrimonial	12.1	<u>(2.593)</u>	<u>(740)</u>
<b>Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras</b>		<b>(69.887)</b>	<b>(21.521)</b>
Despesas Financeiras	26	(52.804)	(12.728)
Receitas Financeiras	26	953	37
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>(121.738)</b>	<b>(34.212)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	20.2	<u>-</u>	<u>232</u>
<b>Resultado antes das Participações</b>		<b>(121.738)</b>	<b>(33.980)</b>
<b>Lucro/Prejuízo do período</b>		<b>(121.738)</b>	<b>(33.980)</b>
Quantidade de ações ao final do período		<u>65.995.745</u>	<u>65.995.745</u>
Lucro/Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>(1.844,63)</u>	<u>(514,88)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR

MALPICA:66758378853

Dados: 2026.04.02 08:45:25 -03'00'

**JAIR MALPICA**

**Contador**

**CRC: SP-100417/O-6**

**IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Período findo em 31 de Dezembro de 2025**

*(Em milhares de reais)*

	<b>Capital Social</b>	<b>Lucros/ (Prejuízos) Acumulados</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
<b>Saldos iniciais em 1 de janeiro de 2024</b>	<b>102.996</b>	<b>(81.523)</b>	<b>20.202</b>	<b>41.675</b>
Prejuízo do exercício		(33.980)		(33.980)
Ajuste de Conversão de Coligada			(182)	(182)
<b>Resultado Abrangente Total</b>				<b>(34.162)</b>
<b>Saldos finais em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>102.996</b>	<b>(115.503)</b>	<b>20.020</b>	<b>7.513</b>
Prejuízo do período		(121.738)		(121.738)
Ajuste de Conversão de Coligada			63	63
Ganho na conversão de debêntures perpétuas			677	677
<b>Resultado Abrangente Total</b>				<b>(120.998)</b>
<b>Saldos finais em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>102.996</b>	<b>(237.241)</b>	<b>20.760</b>	<b>(113.485)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

**Período findo em 31 de Dezembro de 2025**

*(Em milhares de reais)*

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(121.738)</b>	<b>(33.980)</b>
Ganho na conversão de debêntures perpétuas	677	-
Ajustes Conversão s/Coligadas	63	(182)
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>(120.998)</b>	<b>(34.162)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do período antes do IR e CS</b>	<b>(121.737)</b>	<b>(34.212)</b>
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	885	615
Perda na alienação de permanente	165	2.055
Resultado de avaliação de investimentos	2.593	740
Alienação de investimentos	3.519	-
Conversão em debêntures	(62.939)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	677	-
Provisões (Reversões)	33.697	5.382
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>(142.584)</b>	<b>(25.420)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>		
Contas a receber de clientes	113	-
Estoques	-	132
Tributos a recuperar	(94)	8.183
Outros créditos	6.637	(314)
	<b>6.656</b>	<b>8.001</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	(4.021)	(149)
Obrigações sociais e trabalhistas	(13.270)	1.646
Obrigações fiscais e tributárias	7.101	3.785
Outras contas a pagar	(2.542)	1.131
	<b>(12.732)</b>	<b>6.413</b>
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(148.660)</b>	<b>(11.006)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Dividendos recebidos de coligadas	14.796	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	(171.218)	34.494
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(156.422)</b>	<b>34.494</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(24)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	703	-
Amortização de empréstimos e financiamentos - juros	-	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	304.399	(23.487)
<b>Caixa gerado(consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>305.078</b>	<b>(23.487)</b>
<b>Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(4)</b>	<b>1</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	5	4
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	1	5
<b>Aumento(Diminuição) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(4)</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas</b>	<b>(35.080)</b>	<b>(3.874)</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	894	(511)
Outras receitas / despesas	(35.974)	(3.363)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(30.125)</b>	<b>(14.299)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(549)	(709)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.576)	(13.590)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(65.205)</b>	<b>(18.173)</b>
Depreciação e amortização	(453)	(613)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(65.658)</b>	<b>(18.786)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(1.641)</b>	<b>(703)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(2.593)	(740)
Receitas financeiras	952	37
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(67.299)</b>	<b>(19.489)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Bens destinado a vendas		
<b>Pessoal</b>	<b>1.258</b>	<b>1.487</b>
Salários e encargos	454	557
Benefícios	760	854
FGTS	44	76
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>376</b>	<b>175</b>
Federais	376	175
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>52.804</b>	<b>12.829</b>
Juros	52.804	12.728
Alugueis	-	101
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(121.737)</b>	<b>(33.980)</b>
Lucros Retidos	-	-
Dividendos	-	-
Lucro/Prejuízo do exercício	(121.737)	(33.980)
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>(67.299)</b>	<b>(19.489)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA Óleo & Gás S.A., é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 04/03/2005 estão arquivados na JUCERJ sob n.º 33.3.0027555-0. Está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 07.248.576/0001-11, e sediada na cidade de Rio de Janeiro – RJ, na Rua da Quitanda nº 185 e 185-A, salas 601 a 613, bairro Centro, CEP 20.091-005.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer soluções completas através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/IESA detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento o Grupo Inepar/IESA está buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

### PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a IESA Óleo & Gás S/A, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, protocolou o pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da IESA no capital da TIISA-Infraestrutura e Investimentos S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da IESA no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Venda da participação acionária no Fundo Inhaúma.

-Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Ilesa Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais do Grupo Inepar/Ilesa.

O Grupo Inepar/Ilesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, considerando os 3 últimos anos.

O Grupo Inepar/Ilesa, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, as Empresas Inepar/IESA cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Controladora recebeu proposta para alienação das UP's, IPM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova de proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos.

Atualmente, encontra-se pendente o pagamento referente à proposta da Euroinvest para aquisição das UPI's IPM e IOG.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

<b>RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incontroverso dentro do biênio ( R\$ M )</b>	<b>Saldo devido incontroverso fora do biênio ( R\$ M )</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$)</b>
Classe I	-	R\$ 33,6	R\$ 33,6	R\$ 180,1
Classe II	-	Em discussão BNDES	-	R\$ 315,0
Classe III	-	-	-	R\$ 1.753,6
Classe IV	-	R\$ 13,6	R\$ 13,6	31,1
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 47,2</b>	<b>R\$ 47,2</b>	<b>R\$ 2.279,8</b>

A Companhia continua empenhada em recompor sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos e equilibrar seu fluxo de caixa. Tem como objetivo encerrar o processo de recuperação judicial no menor prazo possível, por meio da busca contínua de novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

### NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2026.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas empresas ligadas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

### NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

#### 3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### 3.2 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

#### 3.3 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

#### 3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

#### 3.5 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e,

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

· Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

### 3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

### 3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### 3.8 Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades coligadas e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### 3.9 Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### 3.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

### 3.11 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### 3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

### 3.13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

### 3.16 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

### 3.17 Benefícios a Empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta metas de qualidade, produtividade e o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

### 3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

### 3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

#### CPC 47/IFRS 15 — Receita de contratos com cliente

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

**Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

**Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

**Passo 3:** Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

**Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

**Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

### 3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### 3.21 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

## **NOTA 4 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES**

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

- 
- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
  - Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
  - Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
  - Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
  - Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.
  - CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
  - CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
  - CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)
  - CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

### Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros.

Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

#### a) Considerações gerais

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes

relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes.

Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

**b) Valor de mercado** - O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são, iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito.

Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

### c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

- **Riscos de taxas de câmbio**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía uma exposição de riscos sobre as taxas de câmbio.

- **Riscos de crédito e formação de preço**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela IESA Óleo & Gás S.A. – em recuperação judicial é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

### Análise de Sensibilidade

#### Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções N.º 475/08 e 550/08.

### NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	1	5
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u>1</u>	<u>5</u>

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cientes mercado interno	2.002	2.116
Créditos com consórcios	10.495	20.977
( - ) Prov. Perdas Rec. Créditos (a)	(12.497)	(22.980)
<b>Total de Contas a Receber de Clientes</b>	<b>-</b>	<b>113</b>

a) A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos.

### NOTA 8 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ diferido s/ diferenças temporárias	8.616	9.079
CSLL diferida s/ diferenças temporárias	3.102	3.268
Créditos fiscais a compensar	4.774	4.676
Créditos Reintegra (a)	7.658	7.658
Outros	-	3
<b>Total de Tributos a Recuperar</b>	<b>24.150</b>	<b>24.684</b>

Circulante	12.432	12.338
Não Circulante	11.718	12.346

a) O valor de R\$ 7.658, refere-se ao ressarcimento de créditos de impostos do Reintegra, correspondente a exportação dos materiais do Projeto de Charqueadas, este valor está sendo requerido para pagamentos de diversos passivos tributários.

### NOTA 9 – DIVIDENDOS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Créditos com Empresas de Consórcios	23.356	23.356
Provisão para perdas	(23.356)	(8.560)
<b>Total de Dividendos a Receber</b>	<b>(0,00)</b>	<b>14.796</b>

Foram constituídas provisões para perdas sobre os créditos mantidos com as empresas ligadas Quip S/A e RIG OIL, tendo em vista a ausência de expectativa de realização desses valores, com base na avaliação da Administração quanto à recuperabilidade dos referidos ativos.

### NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento diversos	20	576
Caução	5	5
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b>25</b>	<b>581</b>

Circulante	20	576
Não Circulante	5	5

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, na rubrica 'Adiantamentos Diversos inclui o montante de R\$ 3,7, referente a adiantamentos para despesas de viagens, bem como R\$ 16,2 relativos a adiantamentos concedidos a funcionários.

O valor registrado a título de caução refere-se ao imóvel atualmente alugado, que constitui a sede da Companhia.

### NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 9.192 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a depósitos judiciais vinculados a diversos processos cíveis no montante de R\$ 5,6 e processos trabalhistas no montante de R\$ 3,6. Em 31 de dezembro de 2024, essa rubrica apresentava saldo total de R\$ 15.273.

### NOTA 12 – INVESTIMENTOS

#### 12.1 Investimentos em Sociedades Coligadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Investimentos em Sociedades Coligadas (a)	29.558	32.969
Propriedades para Investimentos (b)	43.497	44.053
<b>Total de Investimentos</b>	<b>73.055</b>	<b>77.022</b>

a) Nas demonstrações financeiras estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades coligadas, onde o controle é compartilhado e avaliado pelo patrimônio líquido das investidas, em conformidade com participação em cada empresa.

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>							
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676) -	83.564	13,25%	-	(621)
QGI INC	103.184	72.494	17.595	13.095	20,00%	3.519	
QGI BRASIL	155.781	4.989	(545)	151.337	19,53%	29.450	(106)
QUEBEC - Constr.Mont.Tran:- Imóvel de Magé	1.164	-	(39)	(1.126)	35,00%	-	(13)
<b>TOTAL</b>	<b>339.217</b>	<b>247.139</b>	<b>12.335</b>	<b>79.742</b>		<b>77.022</b>	<b>(740)</b>

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>							
QUIP S.A.	75.875	95.471	(19.596) -	88.165	13,25%	-	(2.596)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	0	
QGI BRASIL	155.446	4.102	110	151.344	19,53%	29.558	22
QUEBEC - Constr.Mont.Tran: Imóvel de Magé	-	1.163	(54)	(1.165)	35,00%	-	(19)
<b>TOTAL</b>	<b>370.101</b>	<b>205.589</b>	<b>(2.083)</b>	<b>88.919</b>		<b>73.055</b>	<b>(2.593)</b>

#### b) Propriedade para Investimentos:

A propriedade para investimento está representada por um imóvel localizado na Rodovia BR-116 (Rio-Teresópolis), bairro Iriri, município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pertencente à IESA Óleo & Gás S.A. – Em Recuperação Judicial.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

O referido imóvel encontra-se locado, sendo os valores de aluguel recebidos repassados aos credores bancários Polo Recuperação de Créditos e Petros Fundo de Investimentos.

O imóvel foi oferecido em dação em pagamento para liquidação integral da dívida junto aos referidos credores. Entretanto, a efetiva liquidação da obrigação está sendo discutida judicialmente entre as partes, motivo pelo qual o ativo permanece registrado na Companhia até a conclusão definitiva do litígio.,

Conforme as orientações previstas no CPC 28 – Propriedade para Investimento, o bem é classificado no Ativo Não Circulante, dentro do subgrupo de Investimentos, por ser mantido com o objetivo de obtenção de renda (aluguéis) e valorização de capital, sem relação direta com a atividade operacional da Companhia.

Dessa forma, adotou-se o critério de mensuração pelo valor justo.

Em 05 de maio de 2025, foi emitido laudo de avaliação elaborado por profissional legalmente habilitado, atendendo a determinação judicial, com o objetivo de determinar o valor de mercado de compra e venda e o valor de liquidação forçada do imóvel mencionado.

De acordo com o referido laudo, o valor de mercado de compra e venda, em abril de 2025, foi estimado em R\$ 48,3 milhões, enquanto o valor de liquidação forçada foi apurado em R\$ 38,6 milhões.

O laudo foi elaborado em conformidade com o Código de Ética Profissional do CONFEA e as normas do IBAPE/RJ, observando os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 14.653-2:2011 – Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos.

Na avaliação foi adotado o método evolutivo, em que:

- o valor do terreno foi obtido pelo método comparativo de dados de mercado, com utilização de modelo linear, resultando em Grau de Fundamentação I e Grau de Precisão II, conforme os critérios da norma técnica; e
- o valor das benfeitorias foi determinado com base no custo de reedição, ou seja, o valor estimado necessário para reproduzir o bem nas mesmas condições e características atuais, considerando preços, materiais e mão de obra vigentes à data-base da avaliação.

Por esse método, o valor de mercado do imóvel é obtido mediante comparação com propriedades similares negociadas ou ofertadas no mercado imobiliário, assegurando alto grau de confiabilidade e aderência às condições de mercado observadas no universo da pesquisa.

Para a determinação do valor contábil, adotou-se a média entre o valor de mercado e o valor de liquidação forçada, considerando-se o cenário econômico e as premissas utilizadas para avaliação dos ativos.

De acordo com o laudo de avaliação emitido em 5 de maio de 2025, foram realizados ajustes contábeis no montante de R\$ 556 mil, com o objetivo de adequar os saldos contábeis aos valores apurados no referido laudo.

### Movimentação dos investimentos

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

INVESTIMENTOS EM 31/12/2025					
Nome	Saldo 31/12/2024	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial	Passivo a Descoberto	Saldo 31/12/2025
QGI INC	3.519	(3.519)	-	-	-
QUIP S.A	-	-	-	-	-
QGI BRASIL	29.450	-	108	-	29.558
QUEBEC	-	-	-	-	-
IMÓVEL MAGÉ	44.053	(556)	-	-	43.497
	<b>77.022</b>	<b>(4.075)</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>73.055</b>

### NOTA 13 – IMOBILIZADO

#### Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo:

- Política de renovação dos ativos;
- Expectativa da Companhia com base na experiência de empresas do grupo;
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas; e,
- Política de manutenção dos bens.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a expectativa da empresa com base na experiência do mercado com ativos semelhantes.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

	Edificações e Terrenos	Máquinas e Instalações	Móveis e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Benfeitorias em Prop. de Terceiros	Informática Hardware/Software	Outras Imobilizações	Total
<b>Taxas anuais de depreciação</b>	2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	10 e 20%	20%	10 a 30%		
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>								
Custo	4.400	17.430	10.734	2.410	5	176	522	35.677
Depreciação Acumulada	-	(2.224)	(9.057)	(2.410)	(5)	(176)	(431)	(14.303)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>4.400</b>	<b>15.206</b>	<b>1.677</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91</b>	<b>21.374</b>
Baixas	-	-	(3.459)	-	-	-	-	(3.459)
Depreciação	-	(547)	(338)	-	-	-	-	(885)
Baixas da Depreciação	-	-	3.294	-	-	-	-	3.294
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>4.400</b>	<b>14.659</b>	<b>1.174</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91</b>	<b>20.324</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>								
Custo	4.400	17.430	7.275	2.410	5	176	522	32.218
Depreciação Acumulada	-	(2.771)	(6.101)	(2.410)	(5)	(176)	(431)	(11.894)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>4.400</b>	<b>14.659</b>	<b>1.174</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91</b>	<b>20.324</b>

### NOTA 14 – INTANGÍVEL

	Software	Software arrendado	Total
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>			
Custo	19.089	15.907	35.866
Amort. Acumulada	(19.089)	(15.907)	(35.866)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>			
Custo	19.089	15.907	35.866
Amort. Acumulada	(19.089)	(15.907)	(35.866)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### NOTA 14.1 – RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 15 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

<b>Circulante</b>		
<b>Modalidade</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Capital de Giro	11.508	73.743
<b>Total Circulante</b>	<b>11.508</b>	<b>73.743</b>
<b>Por Data de Vencimento</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Vencidos/em negociação	11.508	73.743
<b>Total de empréstimos e Financiamentos</b>	<b>11.508</b>	<b>73.743</b>
<b>Por tipo de Moeda</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Reais - R\$	11.508	73.743
<b>Total de empréstimos e Financiamentos</b>	<b>11.508</b>	<b>73.743</b>

As variações ocorridas nos saldos de empréstimos e financiamentos entre 31/12/2024 e 30/09/2025 referem-se à liquidação do processo de cobrança de dívida movido pelo CCB – China Construction Bank, cujo crédito foi cedido pelo banco a terceiros e, posteriormente, teve seu pagamento negociado pelo montante de R\$ 99 milhões.

O valor que se encontrava provisionado contabilmente era de R\$ 56 milhões, motivo pelo qual houve o reconhecimento adicional de despesas no montante de R\$ 43 milhões.

O pagamento da dívida foi formalizado por meio de Instrumento Particular e Outras Avenças, assinado em 9 de junho de 2025.

O deságio obtido nessa negociação foi de R\$ 30,5 milhões, sendo o pagamento realizado por meio de Debêntures Perpétuas da 4ª Emissão de Valores Mobiliários, instrumento previsto no Plano de Recuperação Judicial.

### NOTA 16 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
INSS a recolher	809	1.226
Contribuição Senai	7.102	6.652
FGTS a recolher	21.591	21.693
Rescisões trabalhistas	46.521	59.269
Imposto de renda a recolher	87	1.049
Contribuição Sesi	8.651	8.102
Salários a pagar	511	540
Provisões trabalhistas	267	278
Contribuição Sindical	-	-
<b>Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>	<b>85.539</b>	<b>98.809</b>

O saldo das obrigações trabalhistas totaliza o montante de R\$ 85.539 mil em 30 de dezembro de 2025, ante R\$ 98.809 mil em 31 de dezembro de 2024.

Destaca-se que nesses saldos estão incluídas as obrigações devidas ao Sesi/Senai, todas já vencidas.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

A redução do saldo decorre, principalmente, dos pagamentos efetuados com os recursos provenientes da operação de venda da participação na Companhia Brasileira de Diques – CBD, efetuada pela empresa ligada CBD – Administração e Participações.

Adicionalmente, contribuiu para a redução dos saldos a realização de encontros de contas com depósitos judiciais anteriormente pendentes de resgates, utilizados para compensação de obrigações trabalhistas, no montante de R\$ 5,5 milhões.

Nos saldos a pagar referentes às rescisões trabalhistas, que estão incluídos nos processos judiciais ainda não finalizados, na ocasião da constituição das provisões para contingências, tais montantes foram deduzidos dos saldos a pagar, evitando dupla contabilização.

Cabe ressaltar que, no momento do ajuizamento dos processos trabalhistas, são incluídas todas as verbas rescisórias e demais reivindicações apresentadas pelos reclamantes, o que dificulta a segregação individualizada dos valores até a conclusão definitiva das ações.

### NOTA 17 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ICMS a recolher	2.341	2.436
Inss a recolher	8	112
Pis/Cofins a recolher	-	136
ISS a recolher	11.848	11.129
Impostos e Contribuições retidos na fonte	3	554
Parcelamento Transação Individual PGFN ( a )	42.267	35.970
Outros	7.311	6.340
<b>Total de Obrigações Fiscais e Tributárias</b>	<b>63.778</b>	<b>56.677</b>
Circulante	39.622	24.952
Não circulante	24.156	31.725

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento dos demais débito devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 100.862 consolidado através do Termo de Transação Individual e foram contabilizados no exercício de 2021, em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Nestes termos, este acordo com PGFN, possibilitou o pagamento de R\$ 71,9 milhões (cento e vinte e um milhões) dos débitos da Transação Individual da empresa, com a monetização dos créditos oriundos de prejuízos fiscais, permanecendo um saldo devedor a vencer no valor de R\$ 26,6 milhões, sendo R\$ 13,9 milhões para dívidas previdenciárias com pagamentos mensais a partir de entre 30/09/2025, e R\$ 13,6 milhões para os demais débitos com pagamentos mensais a partir de 30/04/2029.

### NOTA 18 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Previdência Privada	-	-
Plano Participação nos Resultados	2.616	2.616
Bloqueios Judiciais a pagar	6.992	9.534
<b>Total de Outras Contas a Pagar</b>	<b>9.608</b>	<b>12.150</b>

O montante referente ao Plano de Participação nos Resultados encontra-se devidamente provisionado; entretanto, os respectivos pagamentos ainda não foram autorizados pela Diretoria.

Quanto ao valor decorrente de bloqueios judiciais, este se refere aos bloqueios efetuados nas contas correntes de Companhias em decorrência de processos trabalhistas.

### NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

#### 19.1 Transações com a Controladora e Coligada

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	<u>Ativo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Inepar S.A. Indústria e Construções	200.503	-
Ilesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	185.133	214.419
Quip S.A (ii)	940	940
	<b>386.576</b>	<b>215.359</b>
	<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Inepar Equipamentos e Montagens S/A	(733)	(745)
Inepar S.A. Indústria e Construções	(307.431)	(3.019)
QGI Brasil S.A	(28.349)	(28.349)
	<b>(336.513)</b>	<b>(32.113)</b>
<b>Liquido entre Ativo e Passivo</b>	<b>50.063</b>	<b>183.246</b>

A variação ocorrida neste exercício no montante de R\$ 133,1 milhões, refere-se, principalmente, à liquidação de passivos mediante a utilização de Títulos e Valores Mobiliários (debêntures perpétuas), emitidos pela Controladora, conforme Ata da Assembleia Geral nº 95, realizada em 20 de maio de 2024.

Dentre esses pagamentos de obrigações, destacam-se os acordos assinados para liquidação do passivo contraído junto ao CCB Banco da China, no valor aproximado de R\$ 99,0 milhões.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 307,4 milhões refere-se aos valores das debêntures perpétuas utilizados na liquidação de obrigações, por meio da utilização de Títulos e Valores Mobiliários (debêntures perpétuas).

No processo de revisão dos saldos contábeis registrados na rubrica de partes relacionadas, foram efetuados os registros contábeis, observando-se a segregação de cada operação.

Os créditos intragrupo relacionados ao Plano de Recuperação Judicial estão apresentados em rubrica específica, com a identificação de que se tratam, quando aplicável, de créditos quirografários.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a critério do Grupo, determinados créditos intragrupo poderia ser assumidos por outras companhias do Grupo ou compensados, desde que observadas as condições e os limites estabelecidos no referido Plano, não sendo admitida compensação após a reorganização da estrutura de créditos.

Os referidos créditos estão sujeitos às regras de solidariedade entre as recuperandas, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano de Recuperação Judicial.

A cada pagamento efetuado pela IESA Óleo & Gás com a utilização desses créditos, os respectivos valores foram registrados em contas correntes, classificadas no grupo de partes relacionadas.

O montante registrado a favor da empresa ligada QGI Brasil S/A refere-se às contas correntes mantidas entre as empresas.

Os demais saldos a receber da Controladora IESA Projetos e da controladora indireta Inepar S.A. referem-se a recursos transferidos em regime de contas correntes.

## NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

### 20.1 Tributos Diferidos

Ativo Fiscal Diferido	31/12/2025			31/12/2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisões de Contingências	8.616	3.102	11.718	9.079	3.268	12.347
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>8.616</b>	<b>3.102</b>	<b>11.718</b>	<b>9.079</b>	<b>3.268</b>	<b>12.347</b>

Passivo Fiscal Diferido	31/12/2025			31/12/2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucros Diferidos s/ Órgãos Públicos	-	-	-	243	88	331
Depreciação s/ Revisão Vida Útil	688	248	936	768	276	1.044
Valor Justo s/ Propriedades Investimentos	7.928	2.854	10.782	8.067	2.905	10.972
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>8.616</b>	<b>3.102</b>	<b>11.718</b>	<b>9.078</b>	<b>3.269</b>	<b>12.347</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM n.º 599/09 e Instrução CVM n.º 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

### 20.2 Despesas com Tributos sobre o Prejuízo

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o Prejuízo registrados no resultado dos períodos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo antes dos impostos	(121.737)	(34.212)
Alíquota Nominal	-34%	-34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal		
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições e Exclusões permanentes	2.593	972
Resultado de equivalência patrimonial	(2.593)	(740)
IRPJ e CSLL no resultado	-	232
Imposto Diferido	-	232

O valor do imposto diferido refere-se, basicamente, à parcela do lucro da empreitada ou fornecimento para entidades governamentais computadas no resultado no período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas no resultado e não recebido até a data do encerramento do exercício

Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 71,9 milhões.

### NOTA 21 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e cível. É registrada provisão no Passivo Não Circulante para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável, com exceção das provisões para contingências trabalhistas que foram feitas com base no histórico de acordos trabalhistas estimados por seus assessores jurídicos.

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	Possível	Provável	Possível	Provável
<b>Trabalhistas</b>	14.499	21.911	13.487	25.113
<b>Tributárias</b>	58.332	-	43.072	837
<b>Cíveis</b>	68.765	60.897	135.059	23.162
	<u>141.596</u>	<u>82.808</u>	<u>191.618</u>	<u>49.112</u>

a) **Cíveis** - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

b) **Trabalhistas** - reclamationes trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios, nesta rubrica temos o valor de R\$ 14.499 classificados pelos consultores da lesa como perdas possíveis.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

**c) Tributárias** - representadas basicamente por autuações federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>49.112</b>
( + ) Complementos	33.696
<b>Saldo final</b>	<b>82.808</b>

A variação verificada no período decorre, principalmente, da atualização monetária incidente sobre os processos cíveis, com destaque para aqueles relacionados ao Senai e ao Sesi, bem como das atualizações monetárias dos processos trabalhistas.

### Exigências Fiscais e Trabalhistas

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições, estão também sujeitos a essas condições, conforme a legislação aplicável.

### NOTA 22 – PROVISÕES PARA PASSIVO A DESCOBERTO

O saldo de R\$ 14.737 em 31/12/2025 e R\$ 12.099 em 31/12/2024, refere-se ao reconhecimento da participação da Companhia nas empresas QUEBEC e QUIP S/A.

### NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 23.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 102.996, representado por 65.995.745 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

#### Nota 23.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se, principalmente, à diferença entre o passivo baixado dos valores constantes do Plano de Recuperação Judicial e o valor justo das debêntures perpétuas emitidas pela Companhia controladora. O lançamento classificado no Patrimônio Líquido está baseado em Parecer contábil emitido pelo Professor Eliseu Martins e está de acordo com as Normas Contábeis vigentes.

### NOTA 24 – RECEITAS DE VENDAS

A empresa não apresentou receitas operacionais neste exercício, assim como no exercício anterior.

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da IESA Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões de reais.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 25 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado na venda do imobilizado	(594)	1.563
Outras despesas	(28.531)	(9.307)
Provisão para futuras perdas	-	3.361
Provisão/Reversão de contingências	(33.156)	3.325
Processos trabalhistas	-	(617)
Outras receitas/Despesas	6.132	(1.343)
Despesas indedutíveis	-	(1.804)
Perdas de créditos	893	(511)
Despesas tributárias	-	(8.956)
	<u>(55.256)</u>	<u>(14.289)</u>

Na rubrica de Outras Despesas, foi reconhecido o montante de R\$ 14,7 milhões, correspondente à constituição de perda sobre créditos a receber da QGI Oil & Gás, em razão da ausência de expectativa de realização no curto prazo.

Adicionalmente, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 2,5 milhões, relativas à intermediação de parcelamentos tributários junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

### NOTA 26 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas bancárias	(5)	(2)
Juros de empréstimos	(44.483)	(6.336)
Juros sobre outros passivos	(8.316)	(6.390)
Variações cambiais passivas	-	-
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<u>(52.804)</u>	<u>(12.728)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros sobre outros ativos	953	37
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<u>953</u>	<u>37</u>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u>(51.851)</u>	<u>(12.691)</u>

Do montante de R\$ 44.483 milhões, parcela relevante refere-se à liquidação do processo de cobrança de dívida movido pelo CCB – China Construction Bank, cujo crédito foi cedido a terceiros e posteriormente negociado pelo valor de R\$ 99 milhões.

Considerando que o passivo se encontrava provisionado contabilmente pelo montante de R\$ 56 milhões, foi reconhecida despesa adicional de R\$ 43 milhões no resultado do período.

A formalização da transação ocorreu por meio de Instrumento Particular e Outras Avenças, firmado em 9 de junho de 2025.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 27 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques.

### NOTA 28 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo do seu plano estratégico, contendo as seguintes áreas:

<b>Obras de Infraestrutura</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
	<b>Plantas de gás</b>	
Custo dos produtos e serviços	(549)	(709)
<b>Margem Bruta</b>	<b>(549)</b>	<b>(709)</b>
<b>Consórcios</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
UTGCA	(31)	(31)
REDUC PLANGAS	(78)	(156)
HDT COMPERJ	(25)	(46)
URE COMPERJ	(21)	(127)
UPGN COMPERJ	(394)	(349)
<b>Total</b>	<b>(549)</b>	<b>(709)</b>

Os custos dos produtos e serviços, referem-se aos complementos dos contratos contratados em Consórcios.

### Nota 29 - Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

<b>Resultado por ação</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Lucro/(Prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(121.737)	(33.980)
	<b>(121.737)</b>	<b>(33.980)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidades de ações ordinárias emitidas	65.996	65.996
<b>Total</b>	<b>65.996</b>	<b>65.996</b>
<b>Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em Reais)</b>		
Ação ordinária	(1.845)	(515)

### NOTA 30 – EVENTOS SUBSEQUENTES

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 07.248.576/0001-11

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício.

### NOTA 31 – TRATATIVAS QUE PODERÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES

a) A Administração da Controladora está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade das Empresas com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG.

c) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos são utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

d) A Controladora está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

e) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.

f) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.

### DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade - Presidente

Di Marco Pozzo – Membro

Augusto Araújo de Oms - Membro

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR

MALPICA:66758378853

Dados: 2026.04.02 08:47:12 -03'00'

### Contador:

Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6



## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial**

Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da **IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### **Base para opinião com ressalva**

### **Limitação de escopo de auditoria**

#### **a) Confirmações externas**

A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas. Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encerradas em 31 de dezembro de 2025 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial, assim como não foi possível confirmar a totalidade dos saldos registrados nas demonstrações financeiras individuais, relativos às instituições financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

#### **b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios**

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (QUIP S.A., QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", sendo que tais companhias não apresentaram as respectivas demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza relevante quando à continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua Controladora indireta (Inepar S.A Indústria e Construções) se encontram em Recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 121.738 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 144.423 mil. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Ênfases**

#### **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa “19”, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

#### **Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 127.278 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, no ano-calendário de 2021, conforme disposto na nota explicativa “25”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo.



Em 2023 foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 71,9 milhões. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 19 de março de 2026.

GEORGE

ANGNES:68097760959

Assinado de forma digital por  
GEORGE ANGNES:68097760959

Dados: 2026.04.06 17:30:46  
-03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 006.472/O-1-S/RJ

GEORGE ANGNES

Contador CRC-PR nº 042.667/O-1-S/RJ